



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**TERMO DE REFERÊNCIA
ELETÔNICO:**

SUSEP/ERSSP Nº 3/2016

PROCESSO Nº:

15414.608209/2016-05

INTERESSADO:

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SUSEP EM SÃO PAULO, COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência tem por objetivo definir a contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC na modalidade local para ligações originadas na Regional da SUSEP no Estado de São Paulo, setor 31 da região III, destinadas a telefones fixos e móveis e efetuadas por intermédio de 01 (um) tronco digital E1 que comporta até 30 (trinta) ramais DDR, incluindo a portabilidade dos números atualmente utilizados.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo-se em vista a necessidade de contatos telefônicos locais entre a Regional da SUSEP no Estado de São Paulo e o seu público interno e externo, servidores em fiscalização externa, fornecedores, cidadãos e demais órgãos públicos, torna-se necessária a presente contratação para que haja a continuidade da prestação dos serviços de telefonia na modalidade local, os quais contribuem para uma melhor eficiência no desempenho das atividades institucionais da Autarquia.

3. OBJETO

3.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC, na modalidade local para ligações originadas na Regional da SUSEP no Estado de São Paulo, setor 31 da região III, destinadas a telefones fixos e móveis e efetuadas por intermédio de 01 (um) tronco digital E1 que comporta até 30 (trinta) ramais DDR.

3.2. Deverá a Contratada realizar a portabilidade dos números atualmente utilizados pelo Escritório de Representação da SUSEP no Estado de São Paulo - ERSSP, à rua Formosa, nº 367 - 26º andar do Edifício CBI, Centro - São Paulo / SP.

3.3. Para conhecimento das proponentes, o perfil de tráfego da SUSEP será apresentado no Anexo I do presente Termo de Referência, o qual não constitui qualquer compromisso futuro de consumo, correspondendo apenas à média mensal estimada, em minutos, de ligações telefônicas que poderão ser efetuadas.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente Termo de Referência é elaborado para atender o disposto no artigo 14 da IN nº 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e demais diplomas legais aplicáveis, com destaques para a Lei nº 10.520 de 17/07/2002,

o Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

5. DOS SERVIÇOS

5.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) a ser contratado, compreende a disponibilização e instalação, pela Contratada, de linhas telefônicas, para atender a demanda de comunicação da SUSEP, transmissão e recepção de voz através de aparelhos telefônicos individuais, conforme definido neste Termo de Referência. Os aparelhos telefônicos serão fornecidos pela SUSEP.

5.2. A numeração atual das linhas telefônicas deverá ser mantida, isto é, a Contratada deverá providenciar a portabilidade dos números atualmente utilizados, que serão informados pela SUSEP, sem ônus e sem interrupção nas comunicações; respeitando sempre o prazo estabelecido pela ANATEL para realização dos serviços.

5.3. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, junto com a apresentação da fatura, o detalhamento de todas as ligações efetuadas, contendo no mínimo as informações da data/hora de início e fim, tipo de ligação e número de destino da ligação.

5.4. A Contratada deverá disponibilizar as linhas desbloqueadas apenas para ligações locais para fixo e celular, deixando bloqueadas as ligações de longa distância, e para números e serviços especiais, entre outras.

5.5. A Contratada deverá efetuar os serviços de instalação e manutenção corretiva, sem ônus para a SUSEP, nos endereços atendidos.

5.6. A Contratada deverá garantir o prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da solicitação da Contratante, para solucionar qualquer defeito, dada a sensibilidade do objeto a ser contratado.

5.7. O Anexo I demonstra uma estimativa em minutos do perfil de tráfego telefônico das ligações, a qual deverá servir somente de subsídios para elaboração da proposta e não constituirá qualquer compromisso futuro com a Contratada.

5.8. A rede telefônica e a infraestrutura externas aos prédios da localidade atendida pelo contrato, deverão ser disponibilizadas pela Contratada nos respectivos PTR (pontos de terminais de rede) existentes através de tubulações subterrâneas, sem nenhum ônus adicional para a SUSEP.

6. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O serviço será prestado na Regional da Superintendência de Seguros Privados no Estado de São Paulo, localizada à Rua Formosa, nº 367 - 26º andar - Edifício CBI - Centro - São Paulo - SP (CEP 01049-000).

6.2. O horário de funcionamento da SUSEP-SP é das 07 h às 20 h, sendo que o atendimento ao público externo é efetuado das 09:00 h às 17:00 h.

6.3. O serviço deverá ser prestado com periodicidade diária, no horário acima destacado, em dias úteis de segunda a sexta-feira.

6.4. Os códigos de acesso dos 30 (trinta) ramais DDR não poderão sofrer alteração conforme preconiza o princípio da portabilidade numérica.

7. DO PREÇO MÉDIO

7.1. O Preço Médio para o objeto licitado, incluindo as ligações do tipo fixo-

fixo e fixo-móvel, monta em R\$ 3.027,92 ao ano, conforme o Perfil de Tráfego estabelecido na Planilha de Formação de Preços constante do Anexo I do presente Termo de Referência.

7.2. Os reajustes de preço para o objeto em tela serão efetuados com base no índice oficial do setor, no caso, o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST, publicado pela ANATEL.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A Planilha para Formação de Preços, constante do Anexo I, deverá ser preenchida de acordo com os valores apresentados do perfil de tráfego da SUSEP, quando da elaboração da Proposta de Preços.

8.2. Adicionalmente, devem constar o custo da assinatura mensal do Tronco Digital E1, os custos das mensalidades dos ramais DDR e o custo de habilitação do Tronco Digital E1.

8.3. O custo de habilitação do Tronco Digital E1 deverá ter seu valor total fracionado pelo tempo de vigência inicial do contrato, neste caso, 12 (doze) meses. Com isso, o valor total mensal do custo de habilitação corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor a ser cobrado pela empresa. Em caso de renovação contratual, tal custo será excluído do valor global inicial.

8.4. Não será aceita oferta de serviços com especificações diferentes das indicadas nos Anexo I deste Termo de Referência, tampouco haverá pagamento pelos mesmos.

8.5. No caso de proposta contendo Plano Alternativo de Serviço, este não necessita ser previamente submetido à Anatel, para efeito de participação, devendo, entretanto, estar aprovado por aquela Agência, como condição para assinatura do contrato.

8.6. Na proposta, composta pela Planilha de Formação de Preços (Anexo I), deverá constar a cotação de preços unitário e total, em real, para cada item, as ligações telefônicas constantes do PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou no PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS da prestadora, e o percentual de desconto a ser oferecido, levando-se em conta, para efeito de cotação, o perfil de tráfego da SUSEP.

8.7. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso na proposta, prevalecerão sempre os menores valores.

8.8. Nos preços das ligações telefônicas, deverão estar incluídas todas as despesas, inclusive impostos e taxas, além de quaisquer outras despesas relativas aos serviços de telefonia.

8.9. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da proponente das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.10. Para efeitos deste Termo de Referência, consideram-se “serviços” todos aqueles pertinentes ao objeto.

8.11. A proposta de preços deverá indicar o seu prazo de validade, que será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega.

9. DO PERCENTUAL DE DESCONTO

9.1. A proponente, levando em conta o Perfil de Tráfego informado neste Termo de Referência, poderá oferecer percentual de desconto, que deverá ser linear por item, sobre o somatório do resultado obtido pela QUANTIDADE DE

MINUTOS x PREÇO DAS LIGAÇÕES contido no PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS OU PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, conforme Planilha de Formação de Preços.

9.2. Será admitido percentual de desconto de valor igual a zero. Logo, caso a proposta não indique um percentual de desconto, este será admitido como de valor zero.

9.3. O percentual de desconto proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da proponente.

9.4. Durante todo o período do contrato, o percentual de desconto cotado na proposta da empresa vencedora incidirá sobre todos os preços dos serviços constantes do seu PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS OU PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, independentemente do tipo de ligação, do horário ou distância das chamadas e do dia da semana.

9.5. A SUSEP poderá solicitar à empresa vencedora, quando da prorrogação da vigência contratual, o aumento do desconto ofertado sobre o seu PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS OU PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, quando o ofertado nesta se mostrar desvantajoso.

9.6. A Contratada deverá repassar à SUSEP os preços e benefícios oferecidos ao mercado sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Durante o julgamento, para efeito de classificação das propostas, será considerado o menor preço global por item, obtido na aplicação do percentual de desconto, que será linear por item, sobre o somatório do resultado da QUANTIDADE DE MINUTOS X PREÇO DAS LIGAÇÕES CONTIDO NO PLANO BÁSICO E SERVIÇOS OU PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS.

11. DAS PROPOSTAS

11.1. A proposta deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

11.1.1. Dados da empresa (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, etc.);

11.1.2. Conta bancária (nome e número do banco, da agência e da conta corrente);

11.1.3. Valores expressos em moeda corrente nacional;

11.1.4. Declaração de total concordância com as condições estipuladas neste Termo de Referência;

11.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias; e

11.1.6. Proposta de preços, devidamente preenchida, contendo a Planilha de Formação de preços (Anexo I).

11.2. A proposta deverá atender, no que cabível, a toda legislação de licitações e Contratos e especialmente à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/08 e suas alterações posteriores.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A SUSEP exercerá, através de um Gestor de Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados e do fiel cumprimento das exigências constantes desse Termo, o que não exclui a fiscalização e supervisão dos serviços por parte da Contratada e não exime esta última da responsabilidade pela sua execução.

12.2. A fiscalização do Contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no subitem anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no presente Termo de Referência, Instrumento Contratual, ou na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008.

12.3. Os casos omissos ou dúvidas suscitadas por parte da Contratada que não sejam esclarecidas pelo Gestor de Contrato serão esclarecidos pela autoridade competente da SUSEP.

12.4. Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados serão consideradas regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela Contratada, através de protocolo, e-mail, carta, telegrama ou fax, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à Contratada

13.1. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL;

13.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previstos na legislação, obrigando-se a saldá-los na época própria, sendo que a sua inadimplência com referência aos encargos estabelecidos não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar os serviços prestados, razão pela qual a mesma renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SUSEP;

13.3. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao objeto deste termo ou em conexão ou contingência, na forma aprovada pelo Decreto nº: 3.048/99;

13.4. Credenciar, no dia de início dos serviços, preposto junto à SUSEP que representará a empresa durante a execução dos serviços, segundo modelo no Anexo II deste Termo de Referência;

13.5. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos, as normas da SUSEP;

13.6. Não veicular publicidade acerca da prestação dos serviços nesta Autarquia, salvo prévia autorização da SUSEP;

13.7. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de quaisquer naturezas de que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;

13.8. Comunicar à SUSEP, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;

- 13.9. Não transferir, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da SUSEP;
- 13.10. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que prestar, e arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;
- 13.11. Repor no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;
- 13.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 13.13. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;
- 13.14. Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;
- 13.15. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da SUSEP, relativamente à prestação do Serviço Telefônico;
- 13.16. Responsabilizar-se pelos custos de operação e realizar a manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a SUSEP, nos equipamentos de propriedade da prestadora dos serviços que forem instalados para realização dos mesmos;
- 13.17. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até 08 (oito) horas;
- 13.18. Atender às solicitações, de imediato, corrigindo no prazo máximo de até 08 (oito) horas, após notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;
- 13.19. Prestar manutenção ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- 13.20. Fornecer meio de comunicação 24 (vinte e quatro) horas por dia (inclusive sábados, domingos e feriados) para chamadas técnicas;
- 13.21. Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha, conforme determinado pela SUSEP;
- 13.22. Após assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá entrar em contato com a operadora que disponibiliza as linhas atuais para efetuar todos os procedimentos necessários para a portabilidade, sem que haja interrupção de serviço;
- 13.23. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à SUSEP e/ou terceiros por seus empregados, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou omissão da Contratada ou de quem em seu nome agir;
- 13.24. Ressarcir todo e qualquer dano a SUSEP ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados;
- 13.25. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários;
- 13.26. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da SUSEP, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da SUSEP, através de GRU – Guia de Recolhimento da União –, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da

notificação, garantida ampla defesa e o contraditório. Se o valor dos danos não for pago ou depositado, poderá ser descontado de saldos devidos pela SUSEP à Contratada. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa/judicialmente.

13.27. Informar a seus empregados sobre a proibição de retirarem-se do prédio ou instalações da SUSEP portando volumes ou objetos dessa, sem a devida autorização da fiscalização do Contrato;

13.28. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado; e

13.29. Das Condições de Habilitação

13.29.1. Manter, durante toda execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.29.2. Caso a Contratada não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á falta contratual que enseja a aplicação das sanções cabíveis.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cabe à Contratante

14.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, e assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

14.2. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela Contratada, e documentar as ocorrências e desvios ocorridos;

14.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela SUSEP, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela SUSEP, não devem ser interrompidas. A SUSEP deverá controlar as ligações efetuadas;

14.4. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução dos serviços, em especial aplicação de sanções, alterações e reajustes do pactuado;

14.5. Utilizar adequadamente os serviços, equipamentos e redes de comunicação;

14.6. Comunicar às Autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela prestadora dos serviços;

14.7. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços demandados e realizados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas neste Termo de Referência e no Contrato a ser firmado;

14.8. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, quando necessário;

14.9. Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato a ser firmado;

14.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

14.11. Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, pelas demais empresas que executem serviços similares ao objeto deste Termo de Referência, de forma a garantir que sejam mais vantajosos para a SUSEP; e

14.12. Aplicar à Contratada as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias da data de recebimento da fatura no Protocolo da SUSEP, à rua Formosa, nº 367 – 26º andar do Edifício CBI, Centro – São Paulo / SP.

15.2. A nota fiscal/fatura deverá discriminar o mês da prestação do serviço e o serviço prestado.

15.3. Previamente à contratação e antes de cada pagamento, serão emitidas, pela SUSEP, através de consulta “on line”, certidão que comprove a regularidade da situação da Contratada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, bem como a certidão de débitos trabalhistas, conforme legislação vigente.

15.3.1. Constatando-se qualquer situação de irregularidade da Contratada, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, a critério da SUSEP.

15.3.2. A Contratada poderá ser penalizada, de acordo com a legislação vigente e com as cláusulas deste Termo, caso não mantenha regular suas certidões obrigatórias.

15.3.3. Persistindo a irregularidade, a SUSEP deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.4. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções, a contagem do prazo iniciará a partir da nova data de entrega, no protocolo da SUSEP.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a Contratada às penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88, da Lei 8.666/93, garantida defesa prévia, conforme estipulado abaixo:

16.2. Em caso de inexecução do Contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumuladas, conforme a espécie de falta cometida, sendo também possível desde logo a aplicação da penalidade mais rigorosa, em vista da gravidade da conduta e dos prejuízos dela decorrentes:

16.2.1. Atraso na entrega da Nota Fiscal ou Fatura:

16.2.1.1. Advertência;

16.2.1.2. Multa de até 1% a 5% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência; e

16.2.1.3. Multa de 5% a 10% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos

maiores do que 1 (um) mês; e

16.2.1.4. Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP.

16.2.2. Descumprimento dos prazos de atendimento definidos no objeto da contratação:

16.2.2.1. Advertência;

16.2.2.2. Multa de até 1% a 10% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;

16.2.2.3. Multa de 10% a 20% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;

16.2.2.4. Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP; e

16.2.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos, com o descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, na 3ª reincidência num período de até 12 (doze) meses.

16.2.3. Atraso Injustificado para início do Contrato:

16.2.3.1. Advertência;

16.2.3.2. Multa de até 5% do valor total do Contrato;

16.2.3.3. Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP; e

16.2.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

16.2.4. Descontinuação na prestação do serviço, retardamento da execução do objeto, fraude na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometimento de fraude fiscal ou não manutenção da proposta:

16.2.4.1. Advertência;

16.2.4.2. Multa de até 10% do valor total do Contrato;

16.2.4.3. Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP; e

16.2.4.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

16.2.5. Hipóteses não elencadas nos demais itens desta cláusula ensejarão a aplicação de penalidade de:

16.2.5.1. Advertência;

16.2.5.2. Multa única, no valor de 1% a 10% do valor do Contrato, conforme a gravidade e os prejuízos oriundos da falta cometida;

16.2.5.3. Rescisão unilateral do Contrato; e

16.2.5.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

16.3. As penalidades de multa definidas neste item poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente com quaisquer das demais. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da SUSEP, quando for o

caso, cobradas judicialmente.

16.4. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à SUSEP, decorrentes das infrações cometidas.

16.5. No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.6. A data de vencimento de multa aplicada será o 10º (décimo) dia após a data de assinatura da correspondência que a encaminhar ou da publicação do respectivo edital.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições contidas nos Artigos 79 e 80 da referida Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2. Ocorrendo a rescisão, por culpa exclusiva da Contratada, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

17.3. O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela SUSEP, por motivo de sua conveniência, notificando-se à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por acordo entre as partes.

17.4. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da SUSEP, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção do contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da SUSEP para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

17.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas pela Contratada ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção do pagamento, se a Contratada não incorrer em qualquer inexecução do serviço.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As operadoras que entenderem necessário poderão vistoriar os locais de prestação dos serviços em data anterior a da realização do Pregão Eletrônico.

18.1.1. As visitas deverão ser agendadas junto à área responsável pelos serviços, através do telefone (021) 3224-5459.

18.2. O prazo para execução dos serviços é de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitado o limite de até 60 (sessenta) meses, conforme previsto no Art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

18.3. Antes da assinatura do contrato, as empresas deverão apresentar tabela que contenha todas as tarifas existentes em seu Plano Básico de Serviços ou em seu Plano Alternativo de Serviços, aprovado pela ANATEL, não previstas no Perfil do Tráfego da SUSEP.

18.3.1. Às tarifas do plano Básico ou Alternativo de Serviços gerador da

supramencionada tabela, deverá ser aplicado o mesmo percentual de desconto cotado na proposta da operadora.

18.3.2. As tabelas de preços deverão ser aprovadas pela SUSEP antes da assinatura do contrato.

18.4. A SUSEP poderá alterar o local designado para a entrega das fatura/boletos mensais por conveniência administrativa, desde que a solicitação seja encaminhada, por escrito, com confirmação de recebimento em nome da empresa prestadora do serviço, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

18.5. A operadora deverá comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente à SUSEPP e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

18.6. A assunção dos serviços deverá ser realizada de forma a não ocasionar descontinuidade dos serviços.

ANEXO I

PERFIL DO TRÁFEGO ANUAL DA SUSEP E PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA AS LINHAS INDIVIDUAIS CONTRATADAS

Tipo de Telefone ou Rede de Destino	Horário das Chamadas	Quantidade Total (Minutos)	Preço por Minuto (R\$)	Subtotal (E = C X D)	Desconto Ofertado (%)	Subtotal (G = E – F*E)
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
Fixo Local	Reduzido	118				
Fixo Local	Normal/ Diferenciado	19.554				
Móvel VC1	Reduzido	273				
Móvel VC1	Normal	1.167				
Outros Serviços			Custo		Quantidade	Subtotal

Assinatura de Tronco Digital E1		1	
Mensalidade dos Ramais DDR		30	
Habilitação de Tronco Digital E1		1	
TOTAL MENSAL			

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - STFC LOCAL (COM IMPOSTOS)

1 Item	1.1 Descrição	1.2 Valor Mensal	1.3 Valor Anual
2	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local para ligações originadas na SUSEP de São Paulo, Região III, município de São Paulo – SP, destinadas a telefones fixos e móveis	R\$ _____	R\$ _____

Tributo	Alíquota

OBSERVAÇÕES:

1 - Valores em Reais com impostos.

2 - Preencher de acordo com o Perfil do Tráfego da SUSEP-SP.

3 - Preencher, também, a tabela que discrimina os tributos cobrados e suas respectivas alíquotas.

ANEXO II

Declaro, para os devidos fins de prova junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que estou ciente da minha indicação, pela empresa

(_____ e CNPJ

_____) para ser o Preposto que será responsável pela boa execução do objeto constante neste Termo de Referência e, ainda, que possuo todas as informações relativas à sua fiel execução.

Nome do

preposto _____

Número de CPF/ e RG do

Preposto _____

E-mail do Preposto

Telefones do

Preposto _____

Declaro que o preposto acima nomeado possuirá amplos poderes para decidir e dirimir questões relativas ao Contrato com a SUSEP, sendo ele o contato da Contratada perante a Contratante.

_____, ____ de _____ de _____

(local e data)

(nome por extenso do Representante Legal da Empresa)

São Paulo, 01 de novembro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BATISTUZZO (MATRÍCULA 1958552), Analista Técnico da Susep**, em 01/11/2016, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0033302** e o código CRC **D59BA1AC**.